

A abordagem territorial e escalar nos estudos sobre o desenvolvimento rural: uma proposta teórico-metodológica¹

Territorial and scalar approach on rural development studies: a theoretical and methodological proposal

Anelise Graciele Rambo^{2(*)}

Eduardo Ernesto Filippi³

Resumo

Este artigo analisa a dinâmica de experiências de desenvolvimento com base na abordagem territorial e escalar, valendo-se de referenciais da Geografia Política. Nessa perspectiva, os processos de desenvolvimento territorial remetem a relações de poder, à capacidade dos atores tomarem decisões e transformarem/reestruturarem o espaço, impregnando novos usos sobre o território, o que se dá em múltiplas escalas. Esses referenciais darão suporte à análise de experiências de produção de agrocombustíveis por agricultores familiares no noroeste do Rio Grande do Sul. A pesquisa evidenciou que, por meio da organização local/regional, os atores envolvidos impregnam novos usos no território, reforçando relações de poder, ampliando sua capacidade de realizar ações para atender as suas demandas e interesses. Por outro lado, apesar das transformações territoriais geradas e da satisfação dos atores envolvidos para com as experiências, permanecem desafios frente à falta de mão de obra, à saída de jovens e o conseqüente envelhecimento da população rural, além da carência de tecnologia apropriada à agricultura familiar.

Palavras-chave: território; inovação territorial; análise escalar; desenvolvimento territorial; agrocombustíveis.

Abstract

This article aims to analyze the dynamics of local/regional development experiences, based on a territorial and scalar approach, using Political Geography contributions. In this perspective, the processes of territorial development refer to power relations,

1 Este artigo é parte resultante da tese de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) entre 2007 e 2011, intitulada "Análise Escalar das Dinâmicas Territoriais de Desenvolvimento e as Contribuições da Nova Sociologia Econômica e Nova Economia Institucional: um estudo de experiências no Noroeste Gaúcho".

2 Dra.; Geografia; Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS; Endereço: BR 158, km 405, CEP: 85301-140, Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil; E-mail: ane_rambo@yahoo.com.br. (*) Autor para correspondência.

3 Dr.; Economista; Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS; Endereço: Av. João Pessoa, 31, Centro, CEP: 90040-000, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: edu_292000@yahoo.com.br

Recebido para publicação em 06/09/2012 e aceito em 04/10/2012

Ambiência Guarapuava (PR) v.8 Ed. Especial - I p. 699- 719 Novembro 2012 ISSN 1808 - 0251
DOI:10.5777/ambiencia.2012.03.06

in other words, the ability actors to make decisions and restructure the space, to impregnate new uses on the territory, which, in turn, stems from multiscale dynamics. We will use these references to analyze the biofuels production experiences, implemented by family farmers in northwestern Rio Grande do Sul. The research pointed that, by local/regional organizing, the actors involved to impregnate new uses in the territory, reinforcing power relations, increasing their ability to realize actions to meet their demands and interests. On the other hand, despite the territorial transformations and the satisfaction of the actors involved in the experiences, remain challenges by a lack of labor, the exit of young and aging of the rural population, and the lack of appropriate technology to the family farm.

Key words: territory; territorial innovation; scalar analysis; territorial development; biofuels.

Introdução

Este artigo vale-se de elementos da abordagem territorial e escalar para analisar experiências de desenvolvimento. Cada vez mais, as discussões sobre o desenvolvimento vêm se aproximando das questões que envolvem o território. A disseminação dos estudos territoriais, sobretudo aqueles voltados ao desenvolvimento rural, têm tornado o território um objeto polissêmico, multidisciplinar e com possibilidade de contribuir para compreensão do que muitos autores vêm denominando nova ruralidade, caracterizada por uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, por novas funções não exclusivamente produtivas, bem como por sua revalorização (KAGEYAMA, 2008).

Considera-se que a contribuição da Geografia Política para os estudos sobre desenvolvimento rural gira em torno da possibilidade de, por meio da abordagem territorial – que compreende o território como resultante de relações de poder – identificar os atores que atuam nos processos de desenvolvimento e qual seu papel nesses processos. Já, por meio da abordagem escalar, torna-se possível identificar quais escalas são mobilizadas pelos atores; quais

e como os atores constituem novas escalas de gestão. Consequentemente, é possível melhor compreender como ocorrem as dinâmicas territoriais de desenvolvimento, o que pode gerar subsídios tanto para os atores territoriais, quanto para *policymakers*.

Esses referenciais auxiliaram a análise de dois estudos de caso os quais se referem a projetos de microdestilarias de etanol no noroeste do Rio Grande do Sul. Para tal, valeu-se da pesquisa qualitativa. Foram entrevistadas 44 pessoas entre agricultores familiares que participam das experiências e atores representantes de organizações e instituições que de alguma forma interagem com as microdestilarias. Os questionários, abertos e semiestruturados, foram posteriormente transcritos e guiaram-se pelo grau de saturação das respostas.

De modo a apresentar os referenciais, a metodologia e os resultados da pesquisa, este artigo estrutura-se em cinco seções além desta introdução. Na segunda seção, são constam elementos para discutir a perspectiva política de território, destacando-se as contribuições de Claude Raffestin. Na seção, seguinte, serão apresentadas discussões em torno da abordagem escalar. Na quarta parte tratar-se-á das experiências, suas trajetórias, atores e escalas bem como os resultados

alcançados. Na quinta seção buscar-se-á trazer reflexões sobre as escalas envolvidas na dinâmica territorial de produção de etanol pela agricultura familiar. Por fim, constam as considerações finais e as referências bibliográficas

A abordagem territorial da Geografia Política e sua contribuição para os estudos de desenvolvimento rural

Neste estudo, adotar-se-á a perspectiva integradora ou relacional a qual pressupõe que não há vida sem, ao mesmo tempo, atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura. Por conseguinte, o território é concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, ora mais material, das relações econômicas e políticas, ora mais simbólico, das relações culturais (HAESBAERT, 2004).

O geógrafo Claude Raffestin traz importantes contribuições nessa perspectiva. O autor trata da multidimensionalidade de poderes sobre o território, enfatizando que toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. Enfatiza que o poder é imanente a toda relação. É o teatro e o lugar do confronto. Dessa forma, entende que o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes (RAFFESTIN, 1993). São esses atores que, com diferentes níveis de poder, produzem o território, composto por tessituras, nós e redes.

Para Raffestin (1993), quando se apropria de um espaço, o ator sintagmático – aquele que realiza um programa – o territorializa concreta ou abstratamente, o

que se dá em diferentes escalas. Entretanto, fazem parte das dinâmicas territoriais também os atores paradigmáticos. Estes são uma pluralidade de homens e mulheres que têm em comum o fato de estarem fixados numa porção da terra, mas não participam ativamente dos processos territoriais.

É o sistema territorial, formado pela tessitura, nós e redes, que reúne os elementos necessários ao exercício do poder. A tessitura ou malha é a base, ou o substrato do território, é o que há de mais concreto e enraizado. Seus limites são definidos pela ação dos nós, os quais estabelecem redes ou fluxos, reforçando os limites ou as fronteiras dessa malha e dando dinamicidade ao território. Os pontos simbolizam a posição dos múltiplos atores, representando locais de poder e referência (RAFFESTIN, 1993).

Considerando que o território é entendido a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas no espaço entre os diversos atores, no que se refere ao desenvolvimento rural, o espaço que interessa conhecer é sempre o espaço demarcado e transformado pela presença histórica e formativa da agricultura familiar, que é a forma social hegemônica, embora possa haver outras. O ponto de partida, portanto, é o agricultor, sua família, sua propriedade, sua atividade produtiva e as redes sociais e institucionais em que estiver inserido, que podem ser materiais ou intangíveis, ligadas à memória e às representações. O objetivo é tentar entender e explicar as dinâmicas territoriais que marcam a presença e a transformação da agricultura familiar em espaços tão diversos e heterogêneos como os que se presenciam no meio rural. Trata-se, no limite, de compreender como se dá o

processo de mudança social que afeta esses agricultores e suas famílias⁴ (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

Sendo assim, por desenvolvimento territorial entende-se o exercício de poder de múltiplos atores sobre o espaço que resulte em ações, estratégias, projetos e políticas com vistas a atendimento das demandas, necessidades e interesses (econômicas, sociais, culturais ou ambientais) dos atores envolvidos, dando origem a novos usos políticos e econômicos (BECKER, 1983) do território.

Boisier et al. (1995) destacam que o objetivo do desenvolvimento territorial é tripla: (a) o aperfeiçoamento do território, entendido não como um container e suporte físico de elementos naturais, mas como um sistema físico e social estruturalmente complexo, dinâmico e articulado; (b) o aperfeiçoamento da sociedade ou comunidade que habita esse território; (c) o aperfeiçoamento de cada pessoa que pertence a essa comunidade e que habita esse território (BOISIER et al., 1995).

Por sua vez, os novos usos do território remetem às inovações. Para Méndez (2002) todas as comunidades territoriais dispõem de recursos (econômicos, humanos, ambientais, institucionais, culturais, etc.) os quais constituem seu real potencial de desenvolvimento, devendo-se encontrar

atores e estratégias capazes de atribuir valor a tais recursos.

Amin e Cohendet (2004) tratam da arquitetura do conhecimento (*architectures of knowledge*) formada por um conhecimento especializado/codificado (*knowledge*) e por um saber resultante da prática e da interação em determinados contextos sociais (*knowing*). Para os autores, a comunidade é um lócus onde os processos de geração, acumulação e distribuição do conhecimento acontecem através de grupos de pessoas. Os novos usos do território decorrem, portanto, desse conhecimento tácito proveniente de estratégias de socialização, mobilizando nós, malhas e redes, territorializando-se sob forma de estratégias ou experiências que atendam a demandas dos atores territoriais.

Focando o espaço rural, Stuver et al. (2004) tratam do *farmers' knowledge*, que se refere à capacidade de um agricultor em coordenar e remodelar fatores de crescimento em condições e redes específicas, buscando resultados desejáveis. Esse conhecimento, segundo Ploeg et al. (2004) contribui para os processos de desenvolvimento rural, na medida em que produz novidades (*novelties*), ou seja, um rompimento de rotinas, resultante do trabalho associado ao conhecimento local dos agricultores. O desvio das rotinas refere-se a um novo modo de fazer algo, mediante a trajetória linear da modernização da agricultura. A inovação territorial, que remete aos novos usos do território, ou às novidades como trata Ploeg et al (2004), consiste, portanto, na capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente (MÉNDEZ, 2002).

Para compreender como os atores usam e transformam o espaço, como impregnam novidades no território, valer-se-á da análise

4 Neste estudo, buscar-se-á desenvolver uma abordagem de caráter analítico-cognitiva, que entende o território, não como dado a priori, mas construído a partir de relações, ou seja, enquanto projeção espacial de relações de poder (SOUZA, 2009, p.61). Assim, território e desenvolvimento territorial aqui, serão entendidos de forma distinta daquela, muitas vezes, adotada pelas políticas públicas, que se refere a uma abordagem prática/instrumentalista. A esse respeito ver Schneider; Tartaruga (2004), Schneider (2009) e Sabourin (2002).

escalar enquanto orientação metodológica para apreender e interpretar as trajetórias de desenvolvimento, tal como será apresentado a seguir.

Uma roposta metodológica para os estudos sobre o desenvolvimento rural: a análise escalar

A questão da escala vem ganhando espaço na Geografia Humana a partir dos anos 1980, quando Peter J. Taylor e Neil Smith passaram a tratar a escala para além da concepção cartográfica. Ambos argumentavam que este era um conceito fundamental na Geografia Política. Suas ideias influenciaram debates recentes, embora tivessem uma concepção mais rígida e fixa de escala (HOWITT, 2000). Já nos anos 1990, a concepção de escala fixa, rígida, ontologicamente dada, perde força para uma concepção mais relacional e discursiva. Howitt (2000) questiona o pressuposto de que a escala era necessariamente uma questão de hierarquias aninhadas.

A revista *Political Geography* de 1997, lançou uma edição especial com o título *Political Geography of Scale*, na qual Delaney e Leitner (1997) iniciaram a discussão com a definição de escala enquanto hierarquia aninhada de espaços delimitados de diferentes tamanhos, como o nível local, regional, nacional e global, mas reforçaram que as escalas são periodicamente transformadas.

Na *Political Geography* de 1998, Cox (1998) apontou que a escala é um conceito central no discurso político e acrescentou dois pontos aos debates: o primeiro ressalta a distinção entre os espaços de dependência e os

espaços de engajamento⁵. O segundo destaca a pertinência de não entender as escalas como unidades de área, mas como redes de interação, o que leva o autor a tratar do *jumping scales*, ou salto de escalas.

A distinção entre os espaços de dependência e de engajamento é importante, porque aponta para a variedade de formas escalares que podem ser construídas. Além disso, o processo de saltar escalas não se restringe ao movimento do local para o global. Pode ser conceituado como uma estratégia política de mudança entre os espaços de engajamento. Saltar escalas envolve uma política de representação, com grupos locais reformulando os discursos em que suas lutas são constituídas. Como uma representação, a escala pode estar implicada na promoção de relações particulares de poder e de espaço em vantagem de alguns grupos sociais, mas em desvantagem de outros (JONES, 1998).

Judd (1998) ressalta que as relações de poder oriundas do Estado podem limitar a flexibilidade de resistência tal como considerado por Cox. Judd (1998) ressalta que Cox (1998) superestima a capacidade dos atores políticos em escapar das estruturas do Estado. O autor defende a ideia de que o

5 Os espaços de dependência remetem a arenas localizadas dentro das quais os indivíduos estão enraizados por seus interesses sociais, comerciais ou de emprego. Espaços de engajamento seriam os conjuntos de relações que se estendem em espaços de dependência, mas também para além deles, para construir redes de associação e troca. Os espaços de engajamento estruturam as relações entre amplas áreas de eventos e forças, embora não sejam necessariamente maiores do que os espaços de dependência. Howitt (2000) sublinha que o trabalho de Cox destacou a importância do contexto nas análises escalares.

Estado, ao construir escalas ou mesmo ao falhar em efetivá-las, tem o poder de limitar os atores políticos a concretizar suas próprias escalas de engajamento.

A *Political Geography* de 1999 proporcionou novas discussões sobre a questão escalar a partir do artigo de Morrill (1999). O autor trata da forma como diferentes escalas jurisdicionais são aproveitadas por interesses e propósitos próprios. Investigou a existência de um nível ótimo ou adequado de tomada de decisão, ou equilíbrio, de poder entre diferentes escalas geográficas.

Martin (1999), a partir do artigo de Morrill (1999) defende a visão de que as relações escalares devem considerar mais atentamente os múltiplos interesses e identidades sociais, ou os múltiplos atores em cada escala relacionada à cadeia de tomada de decisão, não se restringindo apenas aos níveis de governo. O foco das análises, para Martin (1999), deve voltar-se para além de uma análise da autoridade do governo de diferentes jurisdições, que são escalas mais fixas. A análise escalar deve abarcar um exame de lutas e negociações entre todos os atores sociais envolvidos no processo de tomada de decisão.

Purcell e Brown (2005), e Born e Purcell (2006) tratam de uma importante questão ao mencionarem que é preciso ter cautela ao preconizar soluções locais⁶ e chamam atenção sobre a armadilha local. Ressaltam que não há uma escala adequada, ideal ao desenvolvimento, nem local, nem regional, nacional ou mesmo global. O

6 Mior (2006) complementa ressaltando o perigo da idealização do local como um portador isolado das qualidades necessárias para o desenvolvimento rural. Para evitar tal problema, sugere a noção de redes de desenvolvimento rural, que conectariam elementos locais e não-locais necessários ao desenvolvimento.

alcance dos objetivos a que os processos de desenvolvimento se propõem, estão relacionados ao poder dos atores sobre o território, e isto se dá em diferentes escalas.

Para tal, é preciso concordar com Brenner (2001) que a escala geográfica é uma dimensão dos processos sócio-espaciais. O autor tece uma série de pontos que devem ser considerados na investigação das dinâmicas escalares. Esses são constituídos e continuamente retrabalhados através de estruturas básicas coletivas de ação social, continuamente reproduzidas, modificadas e transformadas coletivamente, por hábitos diários, rotinas, práticas, negociações, experimentos, conflitos e lutas. Além disso, a diferenciação escalar de processos sociais ocorre em articulação direta com outras formas de estruturação sócio-espacial, que continuamente moldam e transformam as geografias dos processos sociais (BRENNER, 2001).

Existem, de acordo com Brenner (2001), múltiplas formas e padrões de estruturação escalar, sem contar que as escalas envolvem relações dentro de hierarquias aninhadas e redes interescalares dispersas. O significado, função, história e dinâmica de qualquer escala geográfica só pode ser entendida, relacionalmente, nas suas ligações para cima, para baixo e lateralmente a outras escalas geográficas.

A escala, portanto, não pode ser adequadamente interpretada como um sistema de containers territoriais definida por um tamanho geográfico absoluto, ou por uma malha, nas palavras de Raffestin (1993). Cada escala geográfica é constituída através de sua posição na evolução histórica dentro de uma estrutura relacional mais ampla de processos sócio-espaciais, relações e interdependências “esparças” verticalmente

e “dispersas” horizontalmente, o que vai ao encontro das redes de desenvolvimento rural de Mior (2006), e das redes de interação mencionadas por Cox (1998) que levam a possibilidade de saltar escalas. Nesse sentido, Brenner (2001) enfatiza que as hierarquias escalares constituem mosaicos e não pirâmides. Mosaicos sobrepostos de formas desiguais e como geometrias escalares densamente interligadas.

Os processos de estruturação escalar geram ainda efeitos causais contextualmente específicos. Se a estruturação escalar de determinado processo social gera ou não resultados empíricos sociologicamente ou politicamente significativos, é uma questão empírica que só pode ser compreendida por meio de pesquisas de contextos específicos. Esses processos podem ser cristalizados em escalas fixas, na medida em que interagem intensamente e continuamente com outros processos, para a produção de estruturas de organização hierarquicamente aninhadas. Nesse contexto, as instituições do Estado têm desempenhado um papel significativo na demarcação, reprodução, modificação, destruição e criação das principais hierarquias escalares nas quais a vida cotidiana foi configurada na sociedade capitalista (BRENNER, 2001).

Brenner (2001) ressalta que os processos de estruturação escalar constituem geografias e coreografias de poder social. Reportando-se a Swyngedouw (1997, p.141) conclui que “[...] a contínua reorganização e reestruturação das escalas espaciais é uma parte integrante das estratégias sociais e das lutas pelo controle e empoderamento”.

De forma mais sintética que Brenner (2001), Born e Purcell (2006) destacam três aspectos inerentes à análise escalar, quais sejam: (a) a escala é uma construção social, portanto,

uma estratégia; (b) é simultaneamente fluida e fixa e, por fim, (c) é relacional.

Tendo por pressuposto que o poder é exercido por múltiplos atores, em múltiplas escalas, entende-se ser possível tratar de desenvolvimento territorial em escalas locais/regionais⁷, enfatizando como os atores locais/regionais se organizam constituindo a referida escala e como interagem com as demais. Vale ressaltar que a dinâmica dentro de uma escala e entre elas não necessariamente é sinérgica, pois as escalas constituem “[...] o resultado, sempre contestável e contestado, de embates, assim como o são as relações entre escalas e a predominância de uma escala sobre as demais” (VAINER, 2002, p.28).

Por sua vez, Fischer (2002) ao focar sua discussão na questão dos poderes locais e nas diferentes escalas do desenvolvimento, enfatiza que esses poderes remetem a relações de força por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores, bem como a formação de identidades e práticas de gestão. Múltiplas escalas estão presentes em projetos de pequeno porte, onde os atores sociais se envolvem em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros locais, nacionais e internacionais (FISCHER, 2002).

De modo a demonstrar a dinâmica escalar de experiências de desenvolvimento territorial – a relações de força, as alianças, os conflitos, a formação de identidades, de práticas de gestão – serão apresentados a seguir dois casos de geração de agrocombustíveis pela agricultura familiar.

7 Pelo limite entre o local e o regional não se apresentar de forma clara e explícita, entendendo a escala geográfica enquanto socialmente construída, além de considerar a afirmação de Brenner (2001) de que a escala não representa um container territorial, adotar-se-á a definição local/regional.

Dinâmicas Territoriais de Desenvolvimento Rural: Poder, Atores e Escalas em Projetos de Microdestilarias de Etanol no Rio Grande do Sul

O noroeste do Rio Grande do Sul é uma região reconhecida enquanto produtora de soja. No entanto, os agricultores familiares têm tradição no cultivo da cana de açúcar, em grande parte destinada ao auto-consumo ou a comercialização de produtos como melado, açúcar mascavo, cachaça por meio de pequenas agroindústrias.

Para compreender a trajetória das microdestilarias de Dezesseis de Novembro e Porto Xavier, importa ressaltar que a produção de etanol no noroeste gaúcho tem sua gênese na organização social dessa região, consequência dos problemas gerados pela Revolução Verde: movimentos de mobilização mediante o confisco da soja, pela queda da correção monetária, bem como contra a construção de barragens no rio Uruguai. São esses os movimentos que dão origem a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF), um importante ator na mobilização pela constituição da Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier (Coopercana), outro marco da organização regional.

A trajetória da Coopercana tem início em 1984, quando é constituída a Alpox S/A (Usina de Álcool de Porto Xavier) a qual se valeu dos incentivos do Proálcool. Desde sua fundação, houve divergências entre sócios majoritários (empresários) e minoritários (agricultores familiares) o que levou à constituição da Coopercana, formada por agricultores familiares e funcionários da Alpox.

Para que fosse possível a criação da Coopercana, foi fundamental a atuação das

igrejas (católica e evangélica), do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), da ASTRF e da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Porto Xavier (Coopax) para motivar e organizar agricultores e funcionários em prol da criação da Cooperativa.

A Coopercana, que hoje possui cerca de 300 associados que cultivam cana em propriedades de 5 a 20 ha, é a única usina de etanol do Estado. Ambas, ASTRF e Coopercana são marcos da organização local/regional e, junto a outros atores, são parceiras e incentivam os projetos das microdestilarias de Dezesseis de Novembro e Porto Xavier.

A Microdestilaria do Município de Dezesseis de Novembro (RS)

A trajetória acima descrita leva um grupo de agricultores do município de Dezesseis de Novembro a se organizar em torno da produção de etanol, motivados, sobretudo, pelo trabalho de um de seus integrantes na ASTRF, a qual desenvolvia ações junto a Coopercana. Concomitantemente, a partir da atuação da ASTRF e entidades parceiras, surgem discussões em outros municípios da região acerca da produção do agrocombustível em pequenas unidades de processamento. Na região, há 11 projetos de microdestilarias. Desses, 5 estão instalados, dos quais 3 produzindo etanol.

Esse conjunto de projetos deu origem ao Fórum de Energias Renováveis Missões e Fronteira Noroeste, o qual reúne além das microdestilarias, a ASTRF e a Arede, o Poder Público Municipal e STRs dos municípios interessados, Coopercana, Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Fronteira Noroeste Ltda (Cooperluz), a Cooperativa Central da Agricultura Familiar Ltda (Unicooper), ONG Políticas Públicas

- Outro Mundo é Possível (PPOMP). O Fórum apóia a elaboração dos projetos técnicos das microdestilarias, além de discutir a implementação de modelos e políticas energéticas apropriadas à região.

Outra organização ligada às microdestilarias é a Unicooper, formada por cooperativas da agricultura familiar, que incentivam a produção, processamento e comercialização de produtos diversificados e alternativos ao plantio da soja. Para incentivar a diversificação produtiva, a Unicooper apóia a produção de etanol, sendo que alguns projetos estão ligados diretamente a essas cooperativas.

No caso de Dezesseis de Novembro, são cinco famílias que reuniram em torno da produção de etanol. Esta é inaugurada em 2007 e passa a produzir em 2008, tendo alcançado a produção de 30.000 litros de etanol, sendo que a demanda pelo combustível é maior que a produção.

Para a implementação da microdestilaria de Dezesseis de Novembro, havia pelo menos, três problemas. O primeiro referia-se à produção de equipamentos de pequeno porte para a agricultura familiar. O segundo dizia respeito aos recursos necessários para a instalação da microdestilaria. O terceiro relaciona-se à comercialização do etanol, que não pode se dar de forma direta com o consumidor, mas deve ser realizada por uma empresa distribuidora. Este último ainda demanda uma solução.

O primeiro problema começou a ser solucionado quando, em 2003, a ASTRF realizou um seminário que propôs discutir a ampliação da produção de cana no município de Porto Xavier e região. Nesse evento, os agricultores tomaram contato com uma empresa familiar do município de Jaguari (RS) a qual se dispôs a criar os equipamentos e se mantém parceira da microdestilaria.

A solução da falta de recursos financeiros para adquirir os equipamentos passou pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do território rural das Missões elaborado em função do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat). A partir desse Programa, os atores locais/regionais conseguiram financiar a maior parte do projeto. O restante dos recursos foi obtido por meio do Pronaf Agroindústria, acessado por intermédio da Cresol Porto Xavier, cooperativa de crédito na qual os agricultores se associaram.

Além da troca de conhecimentos sobre os equipamentos entre os agricultores e a empresa de Jaguari (RS), os saberes relacionados ao processo de produção do etanol, bem como do cultivo da cana, se dão principalmente entre os agricultores e a Coopercana.

A Associação Agrícola São Carlos (Aasca) – Porto Xavier (RS)

A iniciativa para a constituição da Aasca está atrelada à Coopercana. Lideranças dessa cooperativa, que também atuavam na Coopax e no STR, iniciaram as discussões em prol da constituição de uma nova associação, devido à escassez de oportunidades para os jovens do campo, em especial, para os filhos de associados da Coopercana.

Os interessados se reúnem em 2003 e dão início à construção da infraestrutura acessando recursos do Pronaf Agroindústria também pela Cresol Porto Xavier. A agroindústria inicia a produção dos derivados de cana (melado, melaço, açúcar mascavo, cachaça), produção orgânica e sem utilização de fogo nos canaviais.

No intuito de ampliar as alternativas de renda e diversificação da produção, a Aasca

começa a produzir panifícios (pães, bolachas, massa caseira) e picles, incentivada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Para agregar mais um produto aos já existentes, em 2007, a Associação acessa recursos do Pronat e instala uma torre de destilação de etanol, a qual ainda necessita de adequações para iniciar a produção.

Além da torre, adquirida de uma metalúrgica familiar de um município vizinho, houve a aquisição de outros equipamentos para fomentar a produção de panifícios, schmier e cachaça. Esta última reúne alambiqueiros de todo município, não apenas associados da Aasca. Em 2009, através do Pronaf Mais Alimentos, é adquirido um micro trator, destinado inicialmente ao manejo da horta para o fomento da produção de picles. Porém, este trator interessa aos associados, sobretudo pela intenção de adaptá-lo ao corte da cana, uma vez que há dificuldades na obtenção de mão de obra. Em 2010, foi inaugurado um quiosque, projeto liderado pela Coopax junto a Aasca. O objetivo consiste em criar mais um ponto de venda para os produtos oriundos da agricultura familiar do município.

Discussões Sobre Poder e Escalas na Dinâmica Territorial de Desenvolvimento Rural das Microdestilarias

As trajetórias da Aasca e da microdestilaria de Dezesesseis de Novembro evidenciam a importância das redes que se estabelecem entre as organizações para a constituição dessas experiências. Inicialmente, pode-se destacar a Coopercana, pois foi a partir dos atores dessa organização que se iniciaram as discussões para a formação de

novas associações produtoras de etanol. Num segundo momento, a Cresol – Porto Xavier foi importante para viabilizar a aquisição dos equipamentos. Outros atores a destacar são as cooperativas da agricultura familiar (Coopax e Coopaden), além de Arede que mobiliza os projetos regionalmente. Essa cooperação entre as organizações já é histórica no recorte analisado, sendo, as mais recentes, resultado de mobilizações anteriores, constituídas para atender a demandas principalmente da agricultura familiar.

Entretanto, não são apenas os atores locais/regionais que possibilitam a produção de etanol pela agricultura familiar. O envolvimento de atores das demais escalas também foi imprescindível ao processo, uma vez que viabilizou a instalação das microdestilarias, por meio de políticas públicas da escala federal, além de atores que disseminaram os projetos na escala regional.

As experiências em questão mobilizam em torno de si, quatro escalas: a local, representada pela abrangência das microdestilarias; a municipal, correspondente aos municípios nos quais se localizam as experiências; a regional, que se refere ao território rural das Missões, uma vez que as microdestilarias são financiadas pelo Pronat, política que dá origem a esse recorte territorial e, a nacional, escala a qual coube o financiamento das experiências. Ademais, visualiza-se a presença de atores sintagmáticos e paradigmático, como é possível visualizar na figura 1.

Importa ressaltar, que a participação do poder público municipal mostrou-se menos expressiva. Quando se estabelecem relações entre poder público municipal e as experiências, estas se limitam às contrapartidas exigidas pelo governo federal quando da aplicação dos recursos das

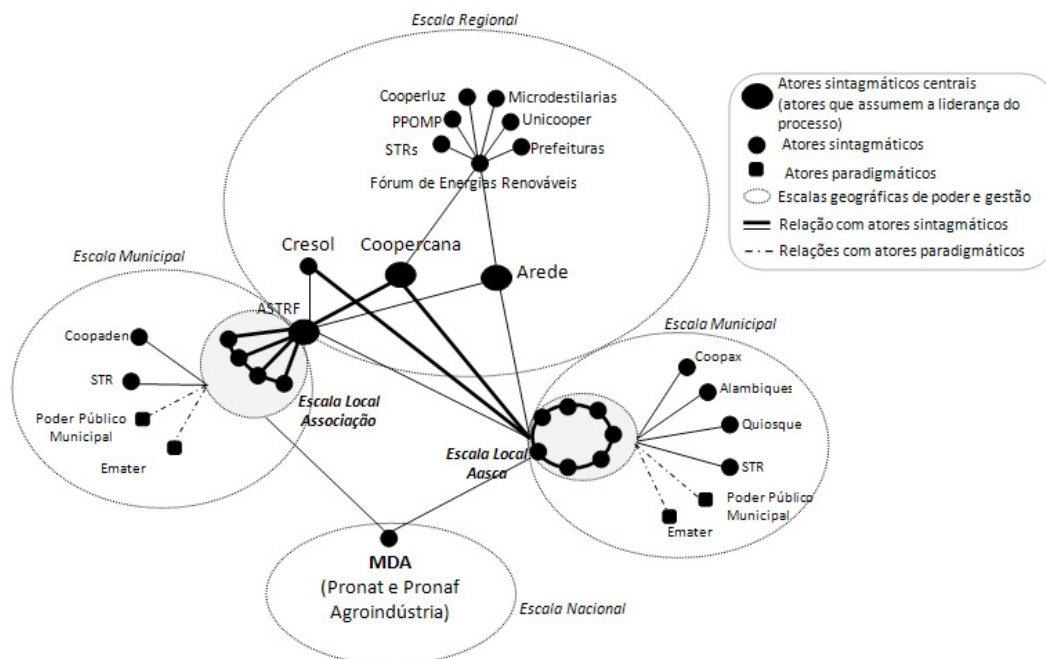


Figura 1. Atores e escalas mobilizadas ao longo da trajetória das microdestilarias

Fonte: elaboração própria

políticas públicas. Os entrevistados, em geral, relatam que questões e ideologias políticas dificultam maior cooperação entre os atores.

Nesse sentido, a afirmação de Hadjimichalis e Hudson (2008) parece contribuir. Mencionam que as relações e as hierarquias de poder existem muito antes do aparecimento das redes de relações econômicas e de governança. Judd (1998) destaca que o Estado, ao construir escalas ou mesmo falhar nessa construção, tem o poder de limitar os atores a edificarem suas próprias escalas de engajamento, e conclui que a construção das escalas por parte do Estado é importante na estruturação dos conflitos políticos e nas alternativas políticas.

Ao analisar o caso das microdestilarias, pode-se dizer que as assimetrias entre o poder público municipal e as experiências em questão, leva os atores da sociedade

civil a organizar uma nova escala intramunicipal, ora denominada escala local. Isso não quer dizer que ela seja independente da municipal, mas se torna um espaço distinto, de engajamento (COX, 1998; JONES, 1998), deixando de ser simplesmente um espaço de dependência em relação à escala municipal. Ademais, a escala local torna-se um espaço de engajamento na medida em que o Estado em sua escala nacional, cria novas escalas, nesse caso, os territórios rurais.

Embora Raffestin (1993) afirme que o Estado é por natureza um ator sintagmático, frente às assimetrias observadas no caso das duas microdestilarias analisadas, o Estado em sua escala municipal aproxima-se mais das características de um ator paradigmático. Além do poder público municipal se limitar às exigências do Pronat, houve relatos de que, por vezes, em função

de interesses divergentes, recursos financeiros eram devolvidos aos Programas sem ser empregados nos municípios. Como aponta Fischer (2002), nas diferentes escalas do desenvolvimento, os poderes remetem a relações de força por meio dos quais, processam-se alianças e conflitos entre os atores, bem como a formação de identidades e práticas de gestão, ou como se apontou acima, novos espaços de engajamento. Outra observação que reforça a afirmação do Estado, em sua escala municipal, representar um ator paradigmático é o fato de haver a formação de uma escala local, intramunicipal. Assim, as análises escalares devem considerar mais atentamente os múltiplos interesses e identidades sociais, ou os múltiplos atores em cada escala relacionada à tomada de decisão, não se restringindo apenas aos níveis de governo, nem somente às sinergias de poder, como aponta Martin (1999).

O mesmo ocorre no caso da Emater. Nos dois municípios sua participação também é menos significativa, ora pela falta de recursos humanos para atender às demandas de extensão rural, ora por não haver técnicos especializados na área da cana de açúcar.

Ademais, a trajetória das microdestilarias passa pela formação de redes de interação, com característica de um processo de *jumping scales* tal como aborda Cox (1998). Na medida em que há a formação de uma escala local distinta da municipal, que interage com uma escala regional (território rural das Missões), esta por sua vez, estabelecida pela escala nacional – um território instituído, na concepção de Favareto (2006) e Perafán (2007) – observa-se uma estratégia política de construção de um espaço de engajamento, que salta a escala municipal e estadual, embora não escape ao

Estado em ambas as escalas. Pelo contrário, está significativamente vinculada a este, uma vez que os atores envolvidos apontam as políticas públicas como imprescindíveis ao desenvolvimento das experiências locais/regionais. Nesse sentido, a escala local (das microdestilarias) faz uso de escalas jurisdicionais para atender a interesses e propósitos próprios (MORRILL, 1999).

A colocação de Jones (1998) sobre *jumping scales*, também encontra correspondência nas experiências das microdestilarias. O autor afirma que saltar escalas envolve uma política de representação, com grupos locais reformulando os discursos que se transformam em lutas políticas através das escalas. Reforça que, como uma representação, a escala pode estar implicada na promoção de relações particulares de poder e de espaço em vantagem de alguns grupos sociais.

Em torno dos projetos das microdestilarias, observa-se a formação de grupos que vêm construindo consensos sobre a diversificação da produção e das fontes de renda, além da geração de agrocombustíveis integrada à produção de alimentos no âmbito da agricultura familiar. Esses consensos mostram-se enquanto uma luta política, na medida em que os atores que se identificaram com tal ideia, organizam-se localmente, acessam recursos federais por meio de políticas públicas e, dessa forma, constituem escalas locais de engajamento. Uma escala de engajamento regional está em constituição por meio do Fórum de Energias Renováveis Missões e Fronteira Noroeste que vem sendo liderado pela Arede. Esta ONG, na escala regional, pode ser considerada também um ator sintagmático central uma vez que vem coordenando os projetos.

Para Fischer (2002), múltiplas escalas estão presentes em projetos de pequeno porte, onde os atores sociais se envolvem em relações com diversos níveis de governo, comunidades, agentes financeiros. Se as microdestilarias, em parte, saltam as escalas municipal e estadual, não o fazem com a nacional, uma vez que dependem desta, principalmente para viabilizar financeiramente seus projetos, além de estabelecerem laços com um considerável número de atores locais/regionais. Ortega (2008) ressalta que é necessário compreender e identificar as transformações pelas quais passa o meio rural brasileiro, por meio da adoção das políticas de desenvolvimento rural, marcadas pelo combate à pobreza rural, por um forte viés de mercantilização, por incentivo a processos de inovação e pelo estímulo à governança.

As figuras a seguir (Figura 2 e 3) procuram evidenciar as escalas e as políticas públicas acessadas, representando as condições institucionais que possibilitam e/ou limitam as experiências em questão.

No caso da Associação de Dezesseis de Novembro, houve apenas acesso ao Pronat e Pronaf Agroindústria para a instalação da microdestilaria, embora os agricultores associados acessem outras linhas do Pronaf para viabilizar as demais atividades nas propriedades.

Por sua vez, no caso da Aasca, observa-se o acesso a um número maior de políticas públicas, uma vez que a Associação não se restringe à produção de etanol, e esta não se constitui em sua principal atividade. Nesse sentido, foram acessados, além do Pronaf Agroindústria e do Pronat, o PAA, Pronaf Mais Alimentos e Pnae.

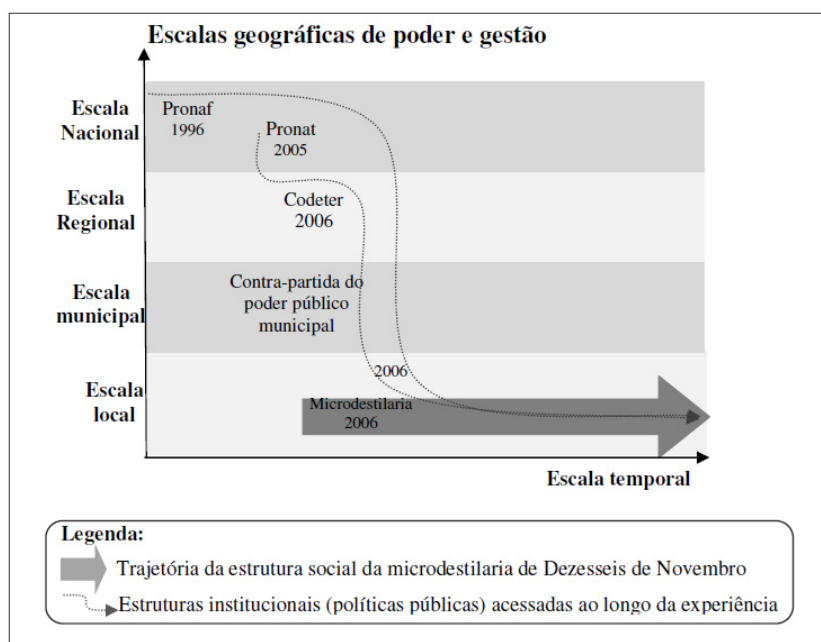


Figura 2. Escalas e políticas públicas acessadas pela dinâmica territorial da microdestilaria de Dezesseis de Novembro

Fonte: elaboração própria

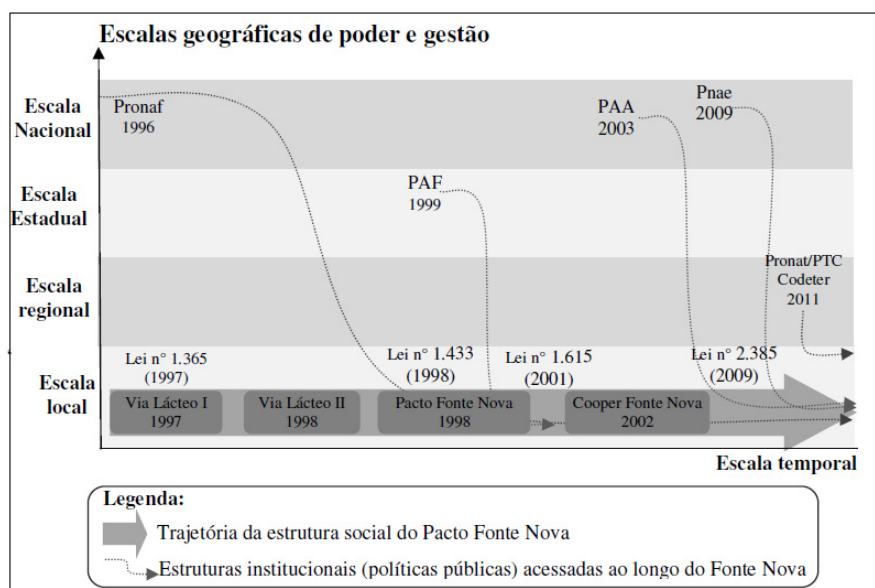


Figura 3. Escalas e políticas públicas acessadas pela dinâmica territorial da Aasca

Fonte: elaboração própria

É esta interação escalar que permite aos atores locais/regionais impregnarem novos usos políticos e econômicos sobre o território. Enquanto usos econômicos é possível destacar a própria produção de etanol, por parte da associação de Dezesseis de Novembro, da produção dos demais derivados de cana e dos panifícios por parte da Aasca, além da implementação do Quiosque no município de Porto Xavier, que se torna mais um espaço de comercialização de diversos produtos da agricultura familiar. Essas são novas fontes de renda para as famílias envolvidas, sobretudo quando se considera o cenário histórico da agricultura na região, pautada no monocultivo da soja.

Enquanto novos usos políticos pode-se citar a constituição do Fórum de Energias Renováveis, um ator regional que aglutina os projetos das microdestilarias no âmbito regional. As próprias associações de agricultores familiares que se formaram para a

implantação das microdestilarias representam novos usos políticos, uma vez que estão diretamente associadas ao Pronat. Ou seja, os atores das escalas locais fazem uso de escalas jurisdicionais – territórios rurais – para atender a interesses e propósitos (MORRILL, 1999). Além disso, o PNPB e as discussões nacionais em torno dessa proposta, também motivaram os atores locais e investir nos agrocombustíveis. No entanto, a organização local/regional existente fez com que se optasse pela produção de etanol em pequenas estruturas e não pela adesão ao PNPB.

Enfim, esses usos do território constituem geografias de poder social que remetem a processos de estruturação e reorganização escalar (BRENNER, 2001). A interação entre atores de múltiplas escalas leva ao empoderamento dos atores locais/regionais.

Tal empoderamento vai ao encontro da colocação de Amin (2008b) de que não há um vínculo direto entre o empoderamento social

e a revitalização do desenvolvimento. Este é intermediado pelas estruturas e circunstâncias institucionais e de mercado, pelas regulações, por arranjos institucionais, valores e normas. Ou seja, a mobilização unicamente de atores locais, não parece suficiente para o empoderamento dos atores locais. Nos casos analisados, a interação com atores de outras escalas foi fundamental. Um exemplo disso, pode ser o próprio reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social e sua institucionalização pela Lei N° 11.326 de 2006, que tem servido como um incentivo para trocas políticas, sociais e econômicas. Essa mudança institucional, implementada pela escala nacional, mas por pressões de escalas locais, tem moldado a forma como a agricultura familiar tem evoluído ao longo dos anos.

As dinâmicas escalares – sua estruturação e reorganização – tornam possível novos usos do território. Quando estes usos se pautam nas especificidades locais, remetem a inovações territoriais. Como já apontado, para Méndez (2002), todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos que constituem seu potencial de desenvolvimento.

Com base em uma pesquisa realizada em 2001 em todo estado do Rio Grande do Sul, Bandeira (2003) afirma que o capital social existente no norte gaúcho pode ser considerado uma de suas maiores vantagens competitivas. Sendo assim, é possível afirmar que as experiências analisadas valeram-se do capital social existente, uma vez que estão pautadas em dispositivos coletivos (cooperativas, associações, fóruns). Esses dispositivos constituídos ao longo das dinâmicas locais/regionais têm, portanto, características de inovações, pois são pautadas em especificidades territoriais como o capital social.

As microdestilarias também podem ser consideradas respostas criativas a problemas vivenciados pela agricultura familiar, em especial os decorrentes da monocultura da soja nas pequenas propriedades. As experiências são criadas no intuito de serem mais uma alternativa de agregação de renda àquelas já existentes nas propriedades.

As microdestilarias também são carregadas de *knowing* (AMIN; COHENDET, 2004), ou seja, aquele saber resultante da prática e da interação de determinados contextos sociais. Isso se expressa pela própria produção de etanol em pequenas estruturas pela agricultura familiar e a produção de equipamentos de pequeno porte, adaptados tanto à produção de combustível, quanto aos demais derivados de cana (melado, melaço, açúcar mascavo, cachaça).

Para Amin e Cohendet (2004), a comunidade é um locus onde os processos de geração, acumulação e distribuição do conhecimento acontecem. No caso das microdestilarias, uma dinâmica territorial se forma em torno da geração desses conhecimentos. Grupos formais e informais surgem (as associações, o Fórum), trocas voluntárias ocorrem (entre Coopercana, Arede, Cresol...), seja para estruturar as associações, seja para buscar máquinas, equipamentos, técnicas e tecnologias para a produção de etanol pela agricultura familiar.

Há portanto, a geração de novidades como aponta Ploeg et al. (2004). Há uma modificação, um rompimento de uma rotina existente, qual seja a produção de soja em pequenas propriedades e de forma individual pelos agricultores familiares. As novidades que surgem, estão associadas aos conhecimentos locais. As agroindústrias são pautadas em atividades já realizadas pelos agricultores. A cana de açúcar, por exemplo, é

cultivada em grande parte das propriedades familiares da região. No entanto, em geral, é destinada ao autoconsumo. Eram atividades que faziam parte do dia a dia das famílias, porém, a partir de desvios nas rotinas, estabeleceu-se um novo modo de realizar essas atividades, que passam a ser destinadas ao mercado, tornando-se novas fontes de renda para as famílias.

As microdestilarias representam, portanto, um modo de organizar recursos endógenos, contornando constrangimentos e usando estratégias de diversificação e geração de sinergias entre os atores envolvidos (VENTURA; MILONE, 2004), na medida em que diversificam as fontes de renda e empoderam as famílias envolvidas.

Como afirma Raffestin (1993), o que fundamenta o poder é a capacidade que os homens têm de transformar a natureza que os circunda e suas próprias relações sociais. Pela inovação técnica e econômica, os homens transformam seu meio natural. Pela inovação social e cultural, transformam seu meio social. Nas experiências em questão, observou-se tanto transformações na natureza ou, no espaço, por conta dos empreendimentos agroindustriais que se colocam como alternativas ao monocultivo da soja, quanto nas relações sociais, pela formação de estruturas locais/regionais, mobilizando antigos e novos atores do espaço rural.

Esse poder de transformar o espaço, de empregar novos usos sobre o mesmo, dá origem, reforça ou transforma escalas geográficas de poder e gestão. Assim, é possível falar-se em territórios, ou micro-territórios, oriundos das experiências, dotados de uma malha territorial, de nós e de redes (RAFFESTIN, 1993) como procurou-se apresentar figura 4.

A malha territorial é dada pela área de abrangência das associações. Já os nós remetem aos atores envolvidos ao longo da trajetória das experiências e as redes decorrem da interação de atores, seja na escala local, seja desta para com as demais escalas. As redes ou fluxos são resultado da comercialização dos derivados da cana e panifícios, das redes de cooperação e discussão correspondentes ao Fórum das Energias, além dos fluxos políticos decorrentes do acesso às políticas públicas. É a dinâmica desse sistema territorial que dá base a processos de desenvolvimento territorial nos casos analisados.

As experiências têm promovido o aperfeiçoamento do território, na medida em que têm contribuído para a diversificação das atividades produtivas diminuindo a dependência da monocultura da soja, têm incentivado a produção de alimentos, bem como atividades mais sustentáveis pelas iniciativas de produção orgânica. A produção do etanol, embora não seja um alimento, está integrada às demais cadeias produtivas, e também representa uma atividade mais sustentável, por substituir combustíveis fósseis. Tem promovido o aperfeiçoamento da sociedade que habita os territórios pelos alimentos disponibilizados à comunidade (pelo PAA, Pnae) e pelo fornecimento de um combustível menos poluente. Além disso, têm promovido o aperfeiçoamento das pessoas, pois, segundo os próprios atores envolvidos, a autoestima aumentou, novas fontes de renda foram proporcionadas e os jovens têm sido incentivados a investir nas atividades rurais.

O que se evidenciou na análise das dinâmicas territoriais e seus resultados foi a importância da organização local ou local/regional de atores, uma vez que esta organização ou formação de escalas torna-se um instrumento de acesso à outras escalas e recursos.

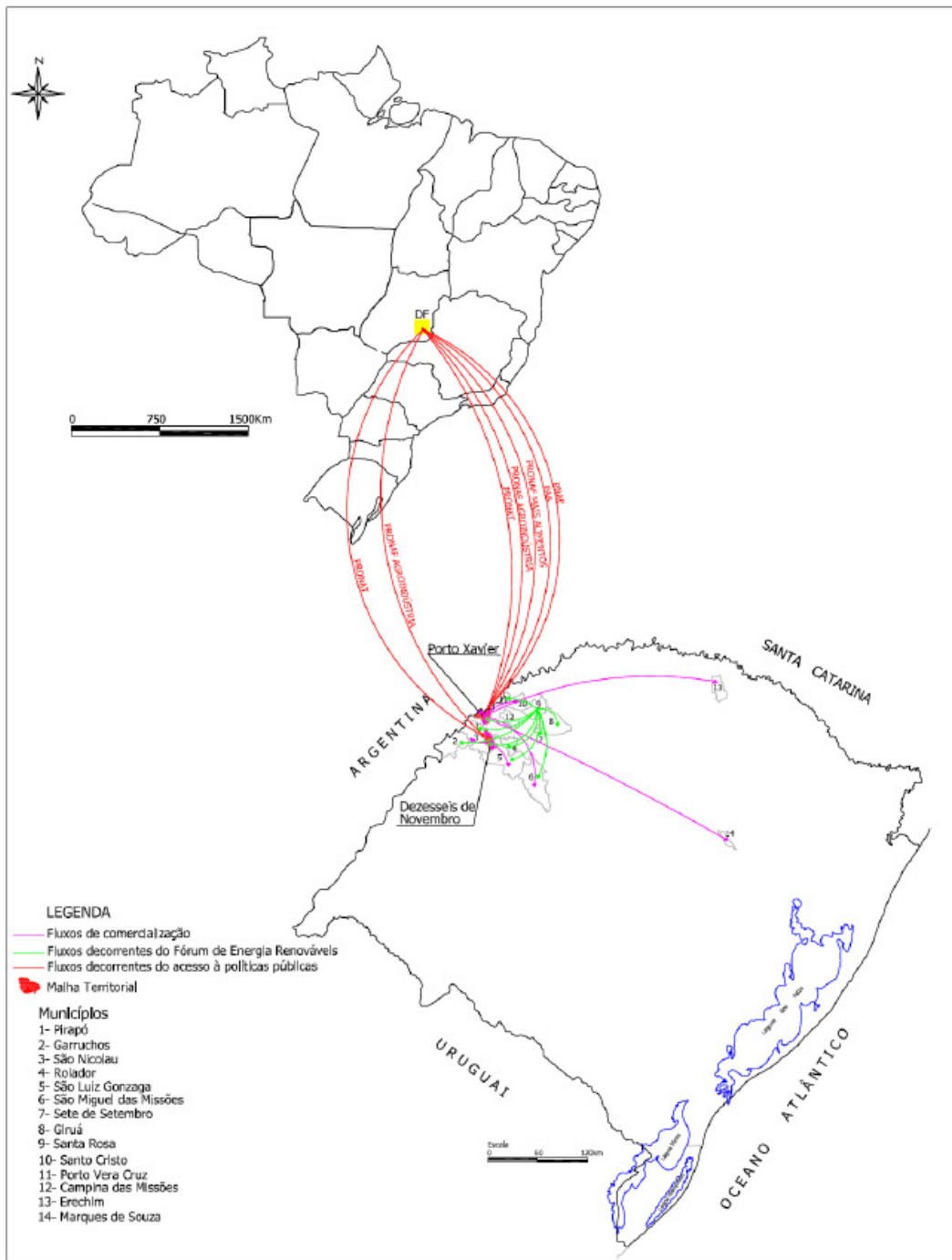


Figura 4. Sistema territorial das microdestilarias – malha e fluxos

Fonte: *Elaboração própria (2011).*

Nota: *Elaborado por Adriana Bertoldo, CREA RS 116.696, com base nos dados da Divisão de Cartografia da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento/RS (1997) para esta pesquisa.*

Considerações finais

Neste artigo, procurou-se demonstrar a contribuição da análise territorial e escalar para os estudos dinâmicas de desenvolvimento rural, analisando iniciativas de produção de etanol pela agricultura familiar. A perspectiva territorial do desenvolvimento representa o a confluência de novas formas de refletir sobre a ruralidade, de elaborar políticas, de implementar e experimentar práticas. Nesse sentido, a abordagem territorial promoveu a superação do enfoque setorial das atividades econômicas, suplantou a dicotomia espacial entre o rural versus urbano sendo substituída pela diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores adotam visando a sua reprodução social e econômica (SCHNEIDER, 2009).

Com base no acima mencionado e nas experiências analisadas, observa-se que a análise escalar é complexa uma vez que a dinâmica territorial do desenvolvimento não se apresenta enquanto uma pirâmide com fluxos unidirecionais, mas sim enquanto mosaicos de múltiplas formas pautados nos interesses de múltiplos atores. Pode-se considerar as escalas enquanto a face geográfica dos processos de desenvolvimento. Essa face geográfica pode apontar os atores e as tramas territoriais que permeiam e dão dinamicidade a experiências como as apresentadas.

Na medida em que se identifica quais atores fazem parte do processo, qual seu papel, quais escalas são mobilizadas com quais finalidades, enfim, qual arquitetura organizacional e institucional é mobilizada, torna-se possível compreender como os atores buscam atender a suas demandas, além de ser possível compreender as potencialidades e debilidades presentes nas trajetórias de desenvolvimento. Isso traz subsídios tanto para os atores territoriais avaliarem suas práticas, quanto para os policymakers orientarem as políticas de desenvolvimento.

Enfim, diante de cenários de múltiplas dinâmicas e escalas, importa analisar as diferenciações territoriais emergentes, os novos significados que adquirem os usos do território e as novas formas e conteúdos territoriais (RÜCKERT, 2005). A análise das experiências evidenciou que as dinâmicas territoriais de desenvolvimento mobilizam múltiplos atores e escalas, envolvendo relações de poder inclusive assimétricas, não ficando restritas às escalas locais ou a escalas mais amplas como a nacional. A abordagem escalar das dinâmicas territoriais demonstra o quão complexos são os processos de desenvolvimento e, por conta disso, coloca-se enquanto um ferramental teórico-metodológico importante para compreender esses processos, ferramental este ainda pouco utilizado e explorado, mesmo dentro da ciência geográfica.

Referencias

AMIN, A. La política regional em uma economia global. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el desarrollo regional**: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008. p.353-373.

AMIN, A.; COHENDET, P. **Architectures of knowledge**: firms, capabilities, and communities. New York: Oxford, 2004.

BANDEIRA, P. S. **Desenvolvimento regional, cultura política e capital social**. Relatório de análise dos resultados. 2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/forum_democratico/desenv_regional/pesquisa_relatorio.htm>. Acesso em: 10 ago. 2003.

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. K.; SILVEIRA, C. B. (Org.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BOISIER, S.; LIRA, L.; QUIROGA, B.; ZURITA, G.; ROJAS C. **Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional**. Santiago do Chile: Ilpes/Cepal, 1995.

BORN, B.; PURCELL M. Avoiding the local trap scale and food systems in planning research. **Journal of Planning Education and Research**, v. 26, p.195-207, 2006.

BRENNER, N. The limits to scale? Methodological reflections on scalar structuration. **Progress in Human Geography**, v. 25, n. 4, p. 591-614, 2001.

COX, K. R. **Spaces of globalization: reasserting the power of the local**. New York: The Guilford Press, 1998.

DELANEY, D.; LEITNER, H. The political construction of scale. **Political Geography**, v.16, n. 2, p.93-97, 1997.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2006.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. In: _____ (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

HADJIMICHALIS, C.; HUDSON, R. Redes, desarrollo regional y control democrático. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Comp.). **Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2008. p.375-395.

HAESBAERT, R. Definindo território para entender a desterritorialização. In: **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.35-98.

HOWITT, R. Nests, webs and constructs: contested concepts of scale in political geography. In: AGNEW, J.; MITCHELL, K.; TUATHAIL, G. (Ed.). **A companion to political geography**. Blackwell: Oxford, 2000. Disponível em: <<http://www.es.mq.edu.au/rhowitt/POLGEO.htm>>. Acesso em: 8 jan. 2010.

KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

JONES, K. T. Scale as epistemology. **Political Geography**, v. 17, n. 1, p.25-28, 1998.

JUDD, D. R. The case of the missing scales: a commentary of Cox. **Political Geography**, v. 17, n. 1, p.29-34, 1998.

MARTIN, D.G. Transcending the fixity of jurisdictional scale. **Political Geography**, v. 18, p. 33-38, 1999.

MÉNDEZ, R. Innovación y desarrollo territorial: alguns debates teóricos recientes. **Eure**, Santiago do Chile, v. 28, n. 84, p.63-83, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/scielo.php>>. Acesso em: 16 jul. 2004.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p.268-293.

MORRILL, R. Inequalities of power, costs and benefits across geographic scales: the future uses of Hanford reservation. **Political Geography**, v. 18, p.1-23, 1999.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**: desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Uberlândia: Edufu, 2008.

PERAFÁN, M. E. V. **O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia**. Brasília. 2007. Tese (Doutorado sobre as Américas) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PLOEG, J. D. V.; BOUMA, J. ; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J. ; VENTURA, F. ; WISKERKE, J. S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. V. **Seeds of transitions: essays on novelty production, niches and regimes on agriculture**. Assen: Van Gorcun, 2004. p.1-30.

PURCELL, M.; BROWN, J. C. Against the local trap: scale and the study of environment and development. **Progress in Development Studies**, v. 5, n. 4, p. 279–297, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RÜCKERT, A. A. Reforma do estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **Geosp**, São Paulo, n. 17, p.79-94, 2005. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp17/index.html>. Acesso em: 7 mar. 2008.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores: as especificidades do caso brasileiro. In: SABOURIN, E.; TEIXERA, O. (Ed.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Brasília: CIRAD/UFPA/Embrapa/SCT, 2002. p. 21-37.

SCHNEIDER, S. Ciências sociais, ruralidade e territórios: em busca de novas referências para pensar o desenvolvimento. **Campo e Território**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p.24-62, 2009.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-117, 2004.

SOUZA, M. L. "Território" da diversidade (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.57-72.

STUIVER, M.; LEEUWIS, C.; PLOEG, J. D. The power of experience: farmer's knowledge and sustainable innovations in agriculture. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. V. **Seeds of transitions: essays on novelty production, niches and regimes on agriculture**, Assen: Van Gorcum, 2004. p.93-118.

SWYNGEDOUW, E. Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In COX, K. **Spaces of globalization**. New York: Guilford Press, 1997. p.137-166.

VAINER, C. B. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, n.1, p.13-32, 2002.

VENTURA, F.; MILONE, P. Novelty as redefinition of farm boundaries. In: WISKERKE, JOHANNES S.C.; PLOEG, J. D. V. **Seeds of transitions: essays on novelty production, niches and regimes on agriculture**, Assen: Van Gorcum, 2004. p.57-92.